

As astúcias do sujeito e o deslocamento dos sentidos

The astuteness of the subject and the displacements of meanings

Maria Ester Vieira de Sousa¹

teca.vieiradesousa@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO - Esse artigo pretende inserir-se no conjunto das discussões sobre o sujeito, ao enfocar mecanismos enunciativos que possibilitam refletir acerca dos processos de subjetivação na/da linguagem. Consideramos que o modo como o sujeito se insere na linguagem revela posições que provocam diferentes efeitos de sentidos. Para tanto, propomos como objeto de análise o texto “Se eu fosse eu”, de Clarice Lispector, cujo processo de enunciação explicita diferentes modos de inserção do eu na materialidade linguística e, por conseguinte, convoca vários sentidos. Do ponto de vista teórico, essa análise, implicitamente, objetiva apresentar possibilidades de análise da materialidade linguística, articulando pensamentos, por vezes, tidos como dissonantes, a exemplo das ideias de Bakhtin, Benveniste e Pêcheux. Nesse sentido, interessa-nos verificar como essas ideias permitem análises que, ao invés de excludentes, complementam-se, na medida em que explicitam o deslizamento dos sentidos, a partir de um ponto de ancoragem (gestos de leitura) assumido pelo analista.

Palavras-chave: materialidade linguística, sujeito, sentidos.

ABSTRACT - This article intends to be inserted in the collection of the discussions about the subject, while focusing the enunciating mechanisms that allow to think of the subjecting processes in/of language. We consider that the way through which the subject is inserted in language discloses positions, which cause different effects in meanings. To do so, we analyzed the text “Se eu fosse eu”, by Clarice Lispector, the enunciation process of which clearly shows different ways of insertion of the self in the linguistic materiality and, consequently, calls in several meanings. From the theoretical point of view, this analysis implicitly aims to present analysis possibilities of linguistic materiality, articulating thoughts, sometimes seen as dissonant, as per Bakhtin’s, Benveniste’s and Pêcheux’s ideas. In this sense, I am keen on checking how these ideas allow analyses which, instead of being excluding, get complemented whilst clearly showing the slipping of the meanings as from a point of anchorage (reading gestures) assumed by the analyst.

Keywords: linguistic materiality, subject, meaning.

Introdução

De que é feito um texto? Fragmentos originais, montagens singulares, referências, acidentes, reminiscências, empréstimos voluntários. De que é feita uma pessoa? Migalhas de identificação, imagens incorporadas, traços de caráter assimilados, tudo (se é que se pode dizer assim) formando uma ficção que se chama o eu (Schneider, 1990, p. 15).

As discussões sobre a constituição do sujeito no interior dos estudos sobre a linguagem possuem uma história já bastante longa, embora não consolidada e nem marcada por consensos. Por isso, há sempre um retorno ao tema demonstrando que essa questão se mantém polêmica e sempre atual. Considerando as polêmicas historicamente mais recentes, torna-se relevante lembrar que o artigo “Da subjetividade na linguagem” de autoria de Benveniste foi

publicado pela primeira vez em 1958, numa revista de psicologia, sinal, de acordo com Dosse (1994), de que o reconhecimento do trabalho desse autor ocorre primeiramente fora da linguística².

Ainda na década de sessenta e início de setenta do século XX, destacam-se, em outro campo teórico, os trabalhos Barthes (1987) e Foucault (1996, 2002) que, mais uma vez, embaralham o terreno da discussão sobre o sujeito ao tematizarem sobre o autor ou sobre o que resta dele na escrita moderna. Também no final da década de sessenta, Pêcheux (1993) passa a defender uma teoria não subjetiva de leitura em oposição às “práticas de explicação dos textos”. Para tanto, lança mão de dispositivos teóricos e analíticos aliados a procedimentos da informática, a partir de um programa específico de computador. As formulações de Pêcheux dão origem ao que se convencionou chamar

¹ Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba. Campus I, Cidade Universitária, Castelo Branco, 58051-900, João Pessoa, PB, Brasil.

² Nesse sentido, é interessante registrar que só em 1966 é dado a público, pela Éditions Gallimard, o volume I de Problemas de Linguística Geral em que esse artigo é retomado.

de Análise de Discurso francesa (AD) cuja proposta se apresentava como uma disciplina transversal. As noções de condições de produção, de um lado, e de processos de produção do discurso, de outro, possibilitariam pensar conjuntamente o extralinguístico e o linguístico. Conforme Maldidier (1994, p. 20), “O discurso, sempre construído a partir de hipóteses histórico-sociais, não se confunde nem com a evidência de dados empíricos, nem com o texto”.

Ainda é Maldidier (1994), contudo, que alerta para o fato de que a conjuntura política e teórica da França, em meados da década de 70 do século passado, contribui para reviravoltas, no interior da AD, principalmente resultantes de “interrogações vindas da história e dos historiadores”:

No campo da linguística, é a chegada tardia mas massiva, da pragmática, da filosofia da linguagem, da análise da conversação, é a crise das linguísticas formais e o sucesso da linguística da enunciação, a recepção de Bakhtin-Volochinov. Toda essa agitação traz referências novas, abre possibilidades de recursos, favorece a emergência de objetos novos (Maldidier, 1994, p. 24-25).

Essa breve introdução à temática pretende tão somente demonstrar que reconhecemos a complexidade do campo teórico e, por isso, pretendemos estabelecer um recorte bem específico para esse artigo. Esclarecemos, então, que nos inserimos nesse contexto pulverizado das discussões sobre o sujeito³, especificamente, tomando como ponto de partida o motivo (mote) sugerido pelo texto de Clarice Lispector “Se eu fosse eu”.

De antemão, gostaríamos de precisar que essa leitura não está acobertada por (sob o manto de) nenhuma perspectiva da crítica literária, em qualquer uma de suas vertentes, nem de qualquer leitura psicanalítica, embora admitamos a procedência de qualquer uma dessas leituras e reconheçamos a possibilidade de o leitor vir a estabelecer relações com essas leituras. Nossa proposta é convocar *leituras* sobre o sujeito que possibilitem pensar essa “ficção que se chama o eu”, articulando pensamentos, por vezes, tidos como dissonantes. Para tanto, inicialmente, convocamos o leitor para ler conosco o texto de Clarice Lispector, reproduzido a seguir.

Situando o problema: um enunciado cambiante

Se eu fosse eu

Quando não sei onde guardei um papel importante e a procura se revela inútil, pergunto-me: se eu fosse

eu e tivesse um papel importante para guardar, que lugar escolheria? Às vezes dá certo. Mas muitas vezes fico tão pressionada pela frase “se eu fosse eu”, que a procura do papel se torna secundária, e começo a pensar. Diria melhor, sentir.

E não me sinto bem. Experimente: se você fosse você, como seria e o que faria? Logo de início se sente um constrangimento: a mentira em que nos acomodamos acabou de ser levemente locomovida do lugar onde se acomodara. No entanto já li biografias de pessoas que de repente passavam a ser elas mesmas, e mudavam inteiramente de vida. Acho que se eu fosse realmente eu, os amigos não me cumprimentariam na rua porque até minha fisionomia teria mudado. Como? Não sei. Metade das coisas que eu faria se eu fosse eu, não posso contar. Acho, por exemplo, que por um certo motivo eu terminaria presa na cadeia. E se eu fosse eu daria tudo o que é meu, e confiaria o futuro ao futuro. “Se eu fosse eu” parece representar o nosso maior perigo de viver, parece a entrada nova no desconhecido. No entanto tenho a intuição de que, passadas as primeiras chamadas loucuras da festa que seria, teríamos enfim a experiência do mundo. Bem sei, experimentaríamos enfim em pleno a dor do mundo. E a nossa dor, aquela que aprendemos a não sentir. Mas também seríamos por vezes tomados de um êxtase de alegria pura e legítima que mal posso adivinhar. Não, acho que já estou de algum modo adivinhando porque me senti sorrindo e também senti uma espécie de pudor que se tem diante do que é grande demais (Lispector, 2008, p. 156).

A partir da perspectiva brevemente delineada na introdução, gostaríamos de ler esse texto fazendo um exercício de interpretação para o qual convocamos alguns autores, nem sempre alinhados em um mesmo campo teórico, a exemplo de Bakhtin, Benveniste, Pêcheux. Chamamos essa análise de exercício de leitura também porque não invocamos verdades absolutas sobre o sentido e o sujeito. De saída, portanto, precisamos o lugar do provisório, mas, ao mesmo tempo, o lugar que nos mantém relativamente acomodada, a exemplo da protagonista de “Se eu fosse eu”.

O texto de Clarice nos convida à reflexão sobre a condição desse *eu*, protagonista da narrativa⁴, que se desloca na formulação linguística e, nesse processo de deslocamento, provoca estranhamento no leitor, ao mesmo

³ Aqui no Brasil, são vários os pesquisadores que tem se dedicado à temática do sujeito, principalmente, estudiosos alinhados aos estudos em Análise de Discurso (de inspiração francesa) e em Análise Dialógica do Discurso (de inspiração bakhtiniana). Mencionamos, dentre outros, os trabalhos desenvolvidos por Orlandi (1995, 2000, 2001) e por Possenti (2002), por se tratarem de discussões mais antigas e, ao mesmo tempo, por revelarem posições diferentes no interior de um mesmo campo, a AD.

⁴ Nesse sentido, julgamos pertinente deixar claro que não convocamos para essa análise uma concepção de sujeito autor que remeteria para um indivíduo. O pressuposto que sustenta essa análise está fundamentado na perspectiva de autor enquanto uma função do sujeito, a exemplo do que estabelece Foucault (2002). Portanto, não falo de Clarice Lispector, mas de um eu da narrativa.

tempo em que enuncia esse estranhamento. A questão que trazemos para discussão gira em torno dessa pressão – explicitada pela protagonista no fragmento “fico tão pressionada pela frase” – e do estranhamento que pode ser percebido na estrutura linguística “Se eu fosse eu”.

Essa estrutura, enunciada no condicional – marcado não apenas pelo conectivo mas também pelo tempo verbal –, pressupõe que o *eu* que enuncia *eu* não seja *eu*. Desse modo, pode-se afirmar que o estranhamento decorre de condições linguísticas que, por um lado, sugerem uma impropriedade formal e, por outro, apontam para a não aceitação do *eu* que diz *eu*. Nesse sentido, as reflexões que propomos tentam capturar os sentidos que essas condições linguísticas do dizer provocam. Isso porque o aparentemente impossível torna-se possível na medida em que essa estrutura se materializa como um enunciado e, assim, produz diferentes sentidos.

A instância discursiva *eu*: lendo com Benveniste

Inicialmente, notemos que, do ponto de vista da formulação linguística, “Se eu fosse eu” gera uma incongruência ou um incômodo existencial que, por exemplo, não se percebe na formulação negativa “Se *eu* não fosse *eu*”. Por quê? A princípio, porque os pressupostos que sustentam essas formulações são diferentes. Notemos que “Se eu fosse eu” tem como pressuposto “eu não sou eu”, enquanto “Se *eu* não fosse *eu*”, ao contrário, assume o pressuposto “eu sou eu”. Uma vez assumindo essas condições, observemos que, no primeiro caso, é exatamente o pressuposto “eu não sou eu” que faz evidenciar ou aflorar a possível incongruência.

Assim compreendido, o enunciado “Se eu fosse eu” sugere, em um primeiro momento, uma impossibilidade linguística do dizer, já que o *eu* não pode se enunciar na condição de “como se” ele não fosse ele. Para esclarecer essa compreensão, basta que tomemos outra estrutura perfeitamente admissível e comumente enunciada: “Se eu fosse você”. Verifiquemos que, nesse caso, tem-se um procedimento típico da avaliação que fazemos do outro, a partir de nosso próprio lugar, a partir do nosso ponto de vista. E por que essa última estrutura teria essa aceitação? Porque, considerando a materialidade linguística, *eu* e *você*, nessa ocorrência, são instâncias enunciativas⁵ bem marcadas, diferenciadas e que, portanto, não se recobrem, fato que não se evidencia em “Se eu fosse eu”.

Poderíamos, assim, conceber a formulação “Se eu fosse eu” como um enunciado que nos coloca numa encruzilhada linguística, um enunciado que desestabiliza a *homogeneidade lógica* da língua. Para tanto, consideremos mais uma vez que o *eu* não pode se enunciar na condição

do “como se” fosse. Pensemos, então, esse estranhamento a partir da perspectiva teórica proposta por Benveniste (1991) para quem *eu* é uma “realidade de discurso”, é uma instância enunciativa que não pode ser *tu* e muito menos *ele*. Nesse sentido, portanto, *eu*, enquanto instância do discurso, não pode não ser *eu*. Benveniste (1991, p. 278) afirma que, sob a condição própria da linguagem,

Eu significa ‘a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*’. Instância única por definição, e válida somente na sua unicidade. Se percebo duas instâncias sucessivas de discurso contendo *eu*, proferidas pela mesma voz, nada ainda me assegura de que uma delas não seja um discurso referido, uma citação na qual *eu* seria imputável a um outro.

A questão teórica instaurada pela formulação de Benveniste, em princípio, nos ajudaria a resolver a aparente incompatibilidade linguística da formulação “se eu fosse eu”, se aceitássemos que o *eu* que enuncia o segundo *eu* o faz na condição de um “discurso referido, uma citação na qual eu seria imputável a um outro”. Nesse caso, não haveria impropriedade visto que haveria um *eu* e um outro *eu*. Ocorre que essa solução nos joga para outro abismo da linguagem, na medida em que a “forma *eu*” faz parte de “[...] um conjunto de signos ‘vazios’, não referências com relação à ‘realidade’, sempre disponíveis, e que se tornam ‘plenos’ assim que um locutor os assume em cada instância de discurso” (Benveniste, 1991, p. 280).

Para o enunciado em análise, a contradição volta a se estabelecer quando esses signos, do ponto de vista da enunciação, se tornam plenos, visto que nesse enunciado não existem marcas linguísticas explícitas de um discurso referido, tal qual o concebemos. Voltemos a afirmar que o *eu* enquanto uma categoria de linguagem, tal qual formula Benveniste, entra numa correlação de subjetividade em que o não eu instaura-se como o outro (o *tu*) da instância discursiva. E, nessa perspectiva, entre o *eu* e o não eu (o *tu*) não há igualdade nem simetria. Ora, a estrutura linguística parece sugerir que há igualdade entre os dois *eus* que enuncia “Se eu fosse eu”. Logo, em princípio, somos levados a concluir que não se trata de um outro *eu*.

Contudo, a fim de resolver o problema instaurado pela formulação, voltemos a sugerir que haveria instâncias diferentes que, nesse caso, assinalariam posições diferentes para o *eu* na linguagem. Ou seja, o *eu* não se enuncia como não eu, mas como (se fosse) um outro *eu*, sem que haja, na materialidade linguística, a explicitação de um “discurso referido”. Nesse caso, é a estrutura condicional que sustenta ou possibilita esse sentido outro. Por conseguinte, sob os mecanismos linguísticos que explicitam a opacidade da língua, gostaríamos de invocar outras leituras, porque acreditamos que essa formulação nos possibilita articular outros lugares teóricos.

⁵ O conceito de instância enunciativa está sendo utilizado nesse contexto específico tal qual formulado em Benveniste (1991).

O eu para o outro e o outro para mim: lendo com a chave bakhtiniana

Nesse percurso de tentar captar os sentidos decorrentes do emaranhado da formulação linguística, é interessante observar que, ao longo do texto de Clarice, o *eu* se revela como o possível de ser, ou o que se permite que seja. Voltemos a um recorte do texto para esclarecer o nosso ponto de vista:

Acho que **se eu fosse realmente eu** os amigos não me cumprimentariam na rua, porque até **minha** fisionomia teria mudado. Como? Não sei.
Metade das coisas que **eu** faria se **eu** fosse **eu**, **não posso contar**.
Acho por exemplo, que por um certo motivo **eu terminaria presa** na cadeia (Lispector, 2008, p. 156, grifos nossos).

Verifiquemos, nesse recorte, que uma nova estrutura ainda mais marcada (“Se eu fosse *realmente* eu”) pressupõe, de vez, a existência de um *eu* que não é (não quer ser/não pode ser) *eu*. Essa nova realidade enunciativa nos apresenta algumas chaves que podem ajudar a resolver o estranhamento provocado pelo enunciado anterior. Para tentar encontrar a saída, cabe a pergunta: como posso falar de *meus* amigos se me nego do/no lugar que enuncia eu? Parece que por um motivo óbvio: O eu que eu sou para meus amigos não coincide com o eu que sou para mim ou com o eu que desejo (desejaria) ser. Seguindo a leitura sugerida por Bakhtin (2003 [1935]), perguntaríamos: estamos diante das categorias do “eu-para-mim”, do “eu-para-o outro” e do “outro-para mim” ou de um eu e de um outro eu, simplesmente? Talvez as duas coisas.

Assim genericamente formulado, comecemos, inicialmente, pensando nessa categoria do “outro-para mim”, ou seja, do *eu* que se constitui pela alteridade e que *reconhece* essa condição. Bakhtin (2003 [1935], p. 96) afirma:

Os valores de uma pessoa qualitativamente definida são inerentes apenas ao outro. Só com ele é possível para mim a alegria do encontro, a permanência com ele, a tristeza da separação, a dor da perda, posso encontrar-me com ele no tempo e no tempo mesmo separar-me dele, só ele pode *ser e não ser* para mim. Eu estou sempre comigo, não pode haver vida para mim sem mim.

Essa citação nos permite compreender que o eu não pode *existir* como não eu (“Não pode haver vida para mim sem mim”) e que só outro *pode ser e não ser para mim*. Como, então, pensar a contradição existencial criada pela impropriedade linguística presente no enunciado “se eu fosse eu”?

Seguindo a perspectiva bakhtiniana, poderíamos dizer que esse enunciado revelaria a condição de um *eu* que não pode ser *eu* na integridade de sua animalidade, na profundidade de sua essência antes do social ou na sua essência antissocial. Ou seja, parece que há um *eu* que se define pela condição de não poder ser *eu*, sob pena de ter

que se calar (“não posso falar”), de não ser reconhecido e, diria, de não se reconhecer (“minha fisionomia teria mudado”); de ser excluído e de viver *a dor da perda* (“eu terminaria presa”) da convivência com o outro. Desse modo, torna-se evidente na formulação linguística a existência de um *eu* que se revela possível, dada a sua necessária relação com o Outro, mas que não coincide com o *eu* que deseja ser.

Lembremos que Bakhtin (2003 [1935]) lê esse outro a partir das noções de tempo e espaço, seguindo uma tradição filosófica que remota há séculos de discussão. Há em seu texto uma clara referência a um sujeito que se constitui nessa dupla articulação. O lugar do *eu* que se constitui inteiramente e intrinsecamente pelo/com/a partir do outro, mas não pode, sob nenhuma condição, ser o outro; pode apenas ser o outro do outro eu, mas não seu próprio outro. Em outras palavras, trata-se de um eu que ocupa um lugar único e, ao mesmo tempo, múltiplo, constituído por aquilo que representa o seu grito único (portanto, irreproduzível pelo outro) e, ao mesmo tempo, inteiramente constituído pelo grito outro, pelo grito do Outro. Esse *eu* – para quem, seguindo Bakhtin, não há vida para ele sem ele – percebe e sente o grito e a dor inteiramente diferente da percepção, do sentimento e da recepção desse grito pelo outro, mas não pode prescindir da percepção, da recepção e da avaliação do outro. Trata-se de um *eu* que não vive (não existe) fora da relação necessária e constitutiva com o outro; uma relação marcada não somente pela complementaridade, mas, principalmente, pela contradição.

Desse modo, o medo do sujeito narrador de se reconhecer na integridade do seu ser, na fragilidade de sua vida, justificaria todo o perigo de viver a plenitude do eu. Como afirma a protagonista: “‘Se eu fosse eu’ parece representar o nosso maior perigo de viver, parece a entrada nova no desconhecido”. Ou seja, a dificuldade de o *eu* se assumir como *eu* resulta da sua relação de constituição pelo outro, tendo em vista que, nessas circunstâncias, há sempre algo no sujeito que escapa ao eu, que não se deixa prender por ele e que, ao mesmo tempo, o fragiliza. Isso significa também que a condição do sujeito é sempre ser para o outro, mas, ao mesmo tempo, não pode *não ser* para si mesmo. Trata-se da encenação do sujeito que não é livre nem totalmente assujeitado.

Tendo por base ainda a leitura sugerida por Bakhtin (2003 [1935]), diríamos que, se, por um lado, há um lugar único que ocupa no mundo, que nenhum outro ocupa, dependendo desse outro para que eu (só/indivíduo no mundo) exista. Preciso do outro para nascer e morrer, para me nomear e para manter vivo o meu nome na história (ou para apagá-lo) e para fechar os meus olhos na hora da morte. Nessa perspectiva, notemos que o Eu e o Outro instauram a problemática da subjetividade e da alteridade, apontada por Bakhtin (2003 [1935]), e nos convidam a pensar a constituição do sujeito na dupla dimensão entre

o individual e o social, sem que se possa dicotomizar essa relação. Se priorizarmos apenas uma dessas dimensões, perderemos o foco. Esses são efeitos de sentido possíveis.

Mas, para produzir outros efeitos de sentidos, voltamos ainda à materialidade linguística. Traremos outra voz para complicar o espaço.

As exigências do sujeito pragmático e as instâncias administrativas: lendo com Pêcheux

Poderíamos dizer, com Pêcheux (1997), que o sujeito que produz “Se eu fosse eu” revela um “reconhecimento” (ver o estranhamento a que a personagem se refere) de sua incompletude e desestabiliza o *espaço discursivo* que, sob o manto da homogeneidade da língua, sustenta-se em “evidências lógico-práticas” (X não pode ser P e não-P, ao mesmo tempo, ou seja, o *eu* não pode ser *eu* e *não eu*, ao mesmo tempo). Nessa perspectiva, o enunciado “Metade das coisas que eu faria se eu fosse eu, não posso contar” poderia ser lido como resultante do reconhecimento e, ao mesmo tempo e contraditoriamente, do esquecimento das “[...] técnicas de gestão social dos indivíduos”. Essas técnicas que agem sobre os indivíduos, de acordo com Pêcheux (1997, p. 30), têm por função

[...] marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los, separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos...

E agora nos colocamos claramente numa dimensão que aponta para o sujeito pragmático submetido a instâncias administrativas (jurídicas, políticas etc.) que se garantem a partir de “uma proibição de interpretação”; que atuam sobre o funcionamento do discurso, proibindo, inclusive, relativizar a interpretação; que nos obrigam a ser o que não somos; que nos tornam iguais ou nos tomam por iguais (Pêcheux, 1997, p. 31-33). Nessa dimensão, estamos falando de um sujeito submetido a regras sociais e históricas das quais nem sempre pode fugir.

Conforme Pêcheux (1997, p. 33), o sujeito pragmático tem “[...] uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica”. Por um lado, essa compreensão explicaria porque, para nós, sujeitos pragmáticos, soa estranho o *eu* se enunciar como (se fosse) *outro eu*. Por outro lado, demonstra que os espaços estabilizados não são uma mera exigência do exterior, mas uma necessidade do sujeito pragmático, do sujeito que age no mundo, do sujeito do mundo. Nesse sentido, é preciso ser/parecer normal para o outro, é preciso fazer-se reconhecer por ele, é preciso ser aceito pelo outro. O que “eu faria se eu fosse eu”, condicionalmente enunciado, e subjetivamente marcado pela reiteração do pronome eu, demonstra o dilema do eu para si que, na sua “anormalidade” de ser, não pode se revelar

(contar) para o outro. Assim, o dilema entre aparência e essência se instaura linguisticamente.

Trata-se do que Pêcheux (1997, p. 34) chama de necessidade equívoca do sujeito pragmático que o liga ao desejo de aparência e, até mesmo, à necessidade de fronteiras, enfim à “[...] necessidade universal de um mundo semanticamente normal”. Esse mundo semanticamente normal não permite que o *eu* seja uma coisa e outra (o seu contrário). Observemos que o desejo de aparentar ser o que não é encobre-se sobre a aparente transparência e objetividade da linguagem. O eu protagonista joga com a linguagem, brinca com as possibilidades de um enunciado (eu sei o que falo/ eu sei do que falo/ eu, só eu sei quem sou) cujo sentido transborda, escorre e não se fixa. Isso demonstra que o sentido na linguagem não é dado a priori, mas se constrói, se produz no processo de enunciação, conforme defende Pêcheux (1997).

Assim entendido, o enunciado “Se eu fosse eu” soa estranho porque estranhamente ele questiona (põe em suspense) a homogeneidade lógica da própria língua, na medida em que *move* o sujeito “do lugar seguro em que ele se acomodara”, conforme enuncia a personagem, do lugar do logicamente estabilizado (eu sou eu/ eu sei quem eu sou) para a instabilidade da vida (eu sou eu/ eu não sou eu). Desse modo, notemos que esse enunciado revela o próprio jogo enunciativo, linguisticamente representado na estrutura lógica do condicional *se*, denunciando que o sujeito pode ser outro. Contudo, também revela o constrangimento, visto que, como alerta a personagem, “[...] a mentira em que nos acomodamos acabou de ser levemente locomovida do lugar onde se acomodara”.

Considerações finais

Não nos parece demais repetir: a interpretação é perigosa porque ela põe em evidência a possibilidade de que o sentido seja outro (Orlandi, 2000, 2001), dado que não há um lugar definitivo para a interpretação. Nesse ensaio de leitura, procuramos demonstrar como a problemática do sujeito nos remete para questões teóricas que, no fundo, põem em xeque o estatuto do sentido fixo e do sentido *a priori*. Também pretendemos, nesse movimento analítico, evidenciar uma questão: ainda que se tente controlar os sentidos com um conjunto de aparatos teóricos, ou com dispositivos analíticos rígidos, eles (os sentidos) sempre resvalam, na medida em que

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição de interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente) (Pêcheux, 1997, p. 53).

Se a condição da linguagem é significar, a significação nos coloca diante de possibilidades de interpretação como “[...] atos que surgem como tomadas de posição,

reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (Pêcheux, 1997, p. 57). Essa é uma questão teórica que leva Pêcheux a *tomar a posição* de que o “gesto de interpretação” deve ser assumido como uma *questão de ética e política*.

Por isso, estamos sempre em busca de uma ‘gestão administrativa’ que dê sentido às coisas do mundo; por isso temos necessidade de buscar procedimentos de análise objetivos que nos mantenham tranquilos diante dos textos que nos são dados a ler; afinal, precisamos entender. Mas, a leitura é espaço de jogos e de astúcias (Certeau, 1996), sobretudo, porque a materialidade mesma da língua prega peças e está sempre a *lembrar* que nem sempre sabemos do que falamos, nem sempre sabemos quem somos, nem sempre somos o que pensamos que somos ou o que queremos ser. E novamente se instaura o jogo do sujeito errante e, ao mesmo tempo, desejante de paz e sossego numa normalidade que tenta a todo custo construir. Somos incompletos, formulam Bakhtin (2003 [1935]) e Pêcheux (1997), mas estamos sempre buscando uma completude (cada um a seu modo) que nos acalme o espírito. Sim, precisamos disso!

Por isso, continuamos na atualidade em busca de um ideal de leitura (agora legitimada pelos recursos tecnológicos) sem ambiguidades, que enfim nos permitiria chegar ao “[...] sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados” (Pêcheux, 1994, p. 60). A ilusão necessária que nos coloca diante do risco do *apagamento seletivo da memória histórica* que se faz inclusive, ou principalmente, sob o signo do esquecimento. É preciso esquecer que eu não sou eu, é preciso esquecer que eu sou eu.

Mais uma vez recorrendo a Pêcheux (1994, p. 62), repetimos que não há dúvida de que a materialidade da língua é suscetível de uma formalização, mas simultaneamente escapa dela, dado que “[...] o deslize, a ambiguidade, a falha são constitutivos da língua”. É nesse sentido que Pêcheux afirma que “[...] a questão do sentido surge do interior da sintaxe”, ou seja, a própria sintaxe resiste às evidências lógicas. Nessa perspectiva, o trabalho de leitura requer o reconhecimento da relação entre “[...] a língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” (Pêcheux, 1994, p. 63).

E parece ser isso o que o enunciado “Se eu fosse eu” provoca, principalmente porque nos obriga a perguntar: Quem sou eu? O outro, o alhures, aquele que não se deixa nomear, nem se deixa ver na sua integridade? Ou sou aquele que marca a sua presença por uma ausência sentida, por isso perturbadora e inquietante?

Referências

- BAKHTIN, M. 2003. *Estética da criação verbal*. 4ª ed., São Paulo, Martins fontes, 476 p.
- BARTHES, R. 1987. *O rumor da língua*. Lisboa, Edições 70, 318 p.
- BENVENISTE, E. 1991. *Problemas de linguística Geral I*. 3ª ed., Campinas, Pontes, Editora da Unicamp, 387 p.
- CERTEAU, M. de. 1996. *A invenção do cotidiano: I. artes de fazer*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 351 p.
- DOSSE, F. 1994. *História do estruturalismo*, v. 2: *O canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. São Paulo, Ensaio, 1088 p.
- FOUCAULT, M. 2002. *O que é um autor?* 4ª ed., Portugal, Passagens, 161 p.
- FOUCAULT, M. 1996. *A ordem do discurso*. 2ª ed., São Paulo, Edições Loyola, 80 p.
- LISPECTOR, C. 2008. Se eu fosse eu. In: C. LISPECTOR, *A Descoberta do Mundo*. Rio de Janeiro, Editora Rocco, p. 156.
- MALDIDIER, D. 1994. Elementos para uma história da Análise de Discurso na França. In: E. ORLANDI (org.), *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, p. 15-28.
- ORLANDI, E.P. 1995. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3ª ed., Campinas, Editora da Unicamp, 189 p.
- ORLANDI, E.P. 2000. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas, Pontes, 100 p.
- ORLANDI, E.P. 2001. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, Pontes, 218 p.
- PÊCHEUX, M. 1997. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2ª ed., Campinas, Pontes, 68 p.
- PÊCHEUX, M. 1993. Análise automática do discurso (AAD-69). In: F. GADET; T. HAK (orgs.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp, p. 61-161.
- PÊCHEUX, M. 1994. Ler o arquivo hoje. In: E. ORLANDI (org.), *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, p. 55-66.
- POSSENTI, S. 2002. *Os limites do discurso*. Curitiba, Criar Edições, 260 p.
- SCHNEIDER, M. 1990. *Ladrões de palavras: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento*. Campinas, Editora da Unicamp, 503 p.

Submetido: 23/09/2015

Aceito: 27/07/2016